

O ensino médio na encruzilhada: do esvaziamento à crença na escola como caminho de mobilidade social

Miriam Fábria Alves¹

*Será que alguém me explica o sentido da vida
Me aponta uma saída ou me conta um segredo?
Me ensina a crescer sem olhar pra trás e sentir medo*

(Ivo Morzart)

Qual o sentido da vida? Qual o sentido da escola na vida dos jovens? Qual o sentido do ensino médio para os jovens que habitam, cotidianamente, realidades adversas com as quais precisam lutar duramente para sobreviver à pobreza e à violência? Quais perspectivas esses jovens expressam para o ensino médio? A música *Anjos de Plantão* motivou as rodas de conversa que realizamos com os jovens matriculados no ensino médio de algumas escolas goianas. A escuta dos jovens e os dados obtidos nos questionários respondidos por eles fundamentaram a reflexão apresentada neste capítulo, de modo que pudemos problematizar o papel do ensino médio para a juventude das escolas públicas.

As rodas fizeram parte da pesquisa intitulada “Juventude em Goiás: vivências em rodas de conversa com jovens em escolas públicas de cidades mais violentas no estado”.² A partir dessas rodas, pudemos ouvir o que os jovens tinham a dizer sobre o papel da escola, da religião e da violência para as suas vidas. A amostra da pesquisa contemplou 217 jovens matriculados no 3º ano do ensino médio (113 jovens do matutino e 104 no noturno) de escolas estaduais (uma escola em cada cidade) localizadas nas cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Luziânia e Rio Verde. Em 2012, quando a pesquisa foi planejada, tais cidades constavam no Mapa da Violência como as mais violentas de Goiás. A reflexão aqui apresentada resulta dos questionários

¹ Integra a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

² A pesquisa foi financiada pela Chamada Pública 005/2012 da Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás e contou com a participação de pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), da Universidade Estadual de Goiás e do Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude (Cajueiro).

e das narrativas dos jovens, recolhidas em oito rodas de conversa (quatro no período matutino e quatro no período noturno), as quais foram realizadas entre outubro de 2014 e abril e maio de 2015. Por meio desse conjunto de dados, o texto focalizou as narrativas dos jovens acerca da educação em suas vidas, abordando o papel do ensino médio sob a perspectiva desses jovens.

Assim, o texto está organizado em duas partes: inicialmente, tomamos os dados dos questionários para explorar o que jovens dizem de si; em seguida, as narrativas sobre o ensino médio e as expectativas que essa etapa formativa podem representar como mobilidade de vida aos que concluírem essa etapa.

O que os jovens do ensino médio em Goiás dizem de si

O ensino médio brasileiro tem passado por diversas crises que afetam as questões constitutivas dessa etapa da educação básica: concepção do ensino médio, caráter atribuído a essa formação e acesso/permanência dos jovens em sala de aula, sobretudo os pobres e trabalhadores que, historicamente, ou são excluídos dessa etapa de formação ou não conseguem concluí-la. Se, por um lado, temos uma crise de concepção do ensino médio e de suas políticas, por outro, essa situação tem revelado as dificuldades em materializar essa etapa da educação básica por meio de um projeto que contemple os anseios dos jovens, faça sentido e apresente finalidades com as quais eles possam se identificar, permanecendo, com efeito, no ensino médio. Nas palavras de Brenner e Carrano (2014)

A escola pública de ensino médio no Brasil necessita enfrentar o duplo desafio: material e simbólico. É preciso equacionar as distorções geradas pela expansão das matrículas sobre frágil base estrutural das redes estaduais, principais responsáveis pela oferta deste nível de ensino e enfrentar os desafios da realização de processos educativos, que façam sentido no presente e se constituam como suportes para a elaboração de projetos de futuro para os jovens que habitam a escola (p. 1236).

A oferta representa uma problemática complexa, mas a falta de sentido desses anos de escolarização para os jovens também compõe o cenário de crise do ensino médio. A voz de um dos jovens que ouvimos durante as rodas de conversa traduz esses desafios a partir da sua realidade cotidiana na escola

Tem professor? Tem. Tem escola? Tem, mas fica tudo privado. Se você for reparar cinco anos atrás, pode falar que tá a mesma coisa de hoje. Não tem meio diferente. Como vou falar. Mudou a realidade. Realmente mudou, mas tudo bem. Nossos professores são formados? A grande maioria é. Vêm pra escola? Vêm. Dá aula? Dão. Mas o que acontece que chegou a um certo ponto, que parou. [...] Se você for olhar bem, não mudou muito. Então não tá procurando novos meios de estudar, de aprender. Tá sempre a mesma coisa (JOVEM 8NV, Luziânia, 2015).³

Esse relato apresenta o cotidiano escolar a partir do olhar dos jovens e revela que poucas mudanças têm acontecido, ou seja, há uma repetição das práticas e dos conteúdos que são ensinados no ensino médio. Sob este enfoque, uma realidade tem afligido muito os docentes da rede estadual de Goiás: a política de bonificação e de controle obriga a presença deles na escola e sua ausência é punida com o corte do bônus ao final do ano. Além disso, as precárias condições de trabalho e o salário desses profissionais, bem como os problemas cotidianos de sobrecarga e de falta de estímulo para a docência têm incidido diretamente sobre a qualidade do trabalho desenvolvido por eles em sala de aula. Em muitos casos, os docentes não identificam os alunos como sujeitos de identidade própria e acabam repetindo a velha fórmula conteudista como a única capaz de formar os estudantes.

Essa é uma das problemáticas que refletem diretamente no desafio brasileiro de universalizar o ensino médio, em especial se considerarmos que quando os jovens trabalhadores não encontram sentido na escola acabam por abandoná-la ou são expulsos por ela. No Brasil, a oferta do ensino médio sempre foi um desafio, pois, ao longo de nossa história, essa formação teve caráter propedêutico e atendia apenas os jovens da elite brasileira. Desse modo, estavam excluídos os filhos dos trabalhadores que não alcançavam essa etapa. Nem mesmo na Constituição de 1988 ou na LDB de 1996 o ensino médio foi contemplado como uma etapa obrigatória e como direito público e subjetivo de todos os cidadãos brasileiros. Apenas em 2009, com a introdução da Emenda Constitucional nº 59, o ensino médio passou a ser contemplado como uma etapa a ser universalizada para todos os jovens de 15 a 17 anos.

³ Os jovens, em seus relatos, serão sempre identificados por número, o turno e o eixo em que sua fala está situada na roda de conversa — educação, religião, violência. À guisa de ilustração, no caso deste depoimento, referimo-nos à fala do “jovem 8”, matriculado no período noturno, que se expressou acerca da temática “violência”. Segue-se a esta referência, a indicação do município onde aconteceu a roda de conversa.

Universalizar o ensino médio não será uma tarefa muito simples para o Brasil, pois o atendimento à população de 15 a 17 anos, nos últimos anos, vem decrescendo, contrariamente ao que propõe a política educacional de obrigatoriedade escolar. A taxa bruta de matrícula nacional equivale a 84,3%; no Estado de Goiás, equivale a 83,7%. No entanto, se considerarmos a taxa líquida de matrícula da população de 15 a 17 anos, esses números caem, em âmbito nacional, para 55,3%; em Goiás, caem para 56,4% (BRASIL, 2015). Neste sentido, temos o desafio de manter a escolarização de quase 50% da população nessa faixa etária. Isso indica que um dos grandes desafios das políticas públicas diz respeito à garantia do acesso e da permanência dos jovens nas escolas que oferecem ensino médio.

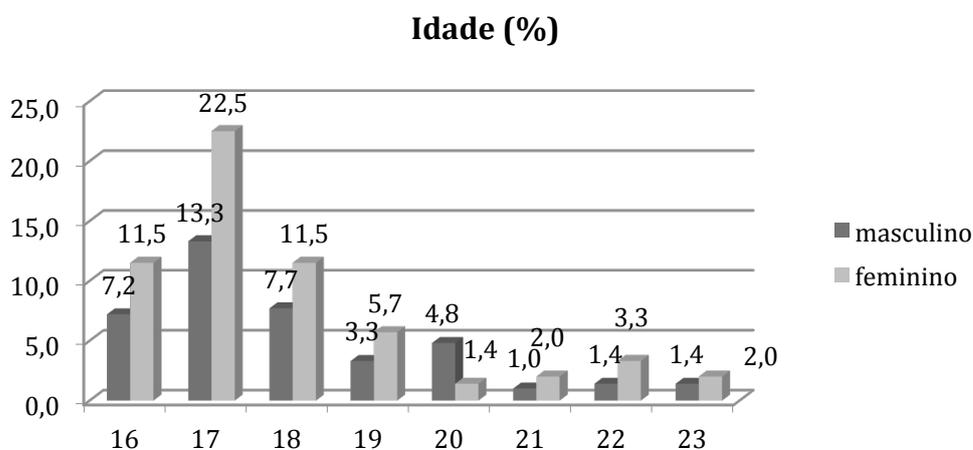
Em Goiás, a taxa de matrícula se estagnou no período de 2000 a 2009, quando o ensino médio se tornou etapa obrigatória para todos os brasileiros. Em 2000, tínhamos 254.548 alunos matriculados; em 2009, as matrículas alcançaram 267.858 alunos, um aumento de apenas 5% ao longo de nove anos. Em 2014, as matrículas representavam 259.489 alunos, número muito próximo daquele verificado no ano de 2000. Isso implica reconhecer que, ao longo de 14 anos, nossos dados do ensino médio quase não se alteraram. Também impressiona que, para além de uma taxa estagnada nesses 14 anos, o número de concluintes também é muito baixo. Acompanhando os dados de 2014 em Goiás, constatamos que o abandono e a evasão, ao longo das três séries que compõem o ensino médio, são bastante expressivas: no 1º ano, 101.561 estudantes abandonaram a escola; no 2º ano, 84.027; e no 3º ano, 72.986, ou seja, uma desistência de 28,12%, tendo em vista o número de matriculados entre o 1º e 3º ano. (INEP, 2000; 2009; 2014).

Esses dados devem provocar uma dupla reflexão: quais são as razões pelas quais os jovens estão abandonando o ensino médio e qual é o sentido da escola em suas vidas. Os 217 jovens entrevistados na pesquisa compõem o grupo dos que conseguiram alcançar o 3º ano. A maioria (59.9%) deles é do sexo feminino, ao passo que 40,1% são do sexo masculino. Isso revela uma maior presença feminina no 3º ano e sugere que as mulheres chegam em maior número ao final dessa etapa. A exemplo disso, no ano de 2014, dentre os estudantes matriculados no ensino médio, 52,33% eram jovens mulheres e 47,66% eram do sexo masculino (INEP, 2014). Como notamos, embora houvesse um maior número de mulheres matriculadas em 2014, havia também um equilíbrio entre os dois sexos, diferente do que ocorre na amostra investigada, em que a prevalência é feminina.

No quesito cor/raça, os jovens investigados se identificam da seguinte forma: 28% branca, 8,7% negra, 30,3% morena, 32,1% parda e 0,9% indígena. A inclusão da opção de cor “morena” no questionário, discutida pelo grupo de pesquisa durante a elaboração do mesmo, pode ter dificultado a identificação dos jovens com a raça negra, que na forma de fazer o levantamento do IBGE inclui pretos e pardos. Vale ressaltar que, em geral, a cor “morena” tem sido usada para mascarar a autodeclaração dos entrevistados. No entanto, a soma de negros, morenos e pardos equivale a 71,1% dos jovens, o que representa um ensino médio composto majoritariamente por negros.

A faixa etária dos investigados, em larga medida, corresponde ao previsto na Emenda Constitucional nº 59, lançada no ano de 2009. Noutros termos, 54,5% dos jovens têm entre 16 e 17 anos; 19,2% têm 18 anos; e 26,3% têm entre 19 e 23 anos.⁴ Nenhum estudante se identificou com idade superior a 23 anos. Mesmo no período noturno predominam alunos muito jovens, pois 55,02% deles têm entre 17 e 18 anos.

Gráfico 1 — Idade dos jovens entrevistados

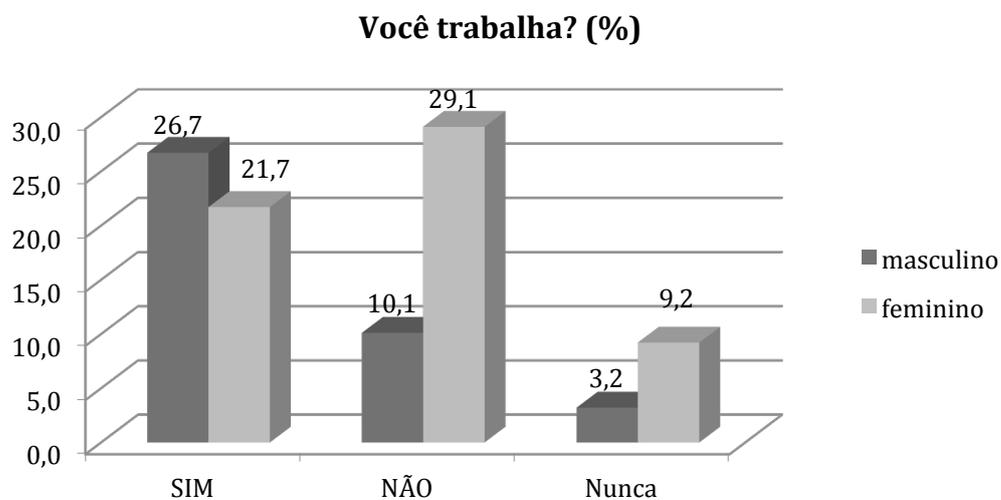


Fonte: Pesquisa Juventude em Goiás, 2015, organizado pela autora

Consoante as informações apresentadas, 48,4% dos jovens entrevistados afirmaram que trabalham; destes, 26,7% são homens. 29,1% das mulheres não trabalham e 9,2% nunca trabalharam. Tendo em vista que o trabalho doméstico feminino (representado pelo cuidado com a casa) muitas vezes é visto como “não trabalho”, os dados assinalados pelas estudantes corroboram essa realidade.

⁴ Nem todas as questões foram respondidas pelos estudantes. Nesse caso, 3,69% dos entrevistados não mencionaram a idade. No cálculo do percentual de cada questão, considerou-se o número de respondentes de cada questão como padrão para o cálculo.

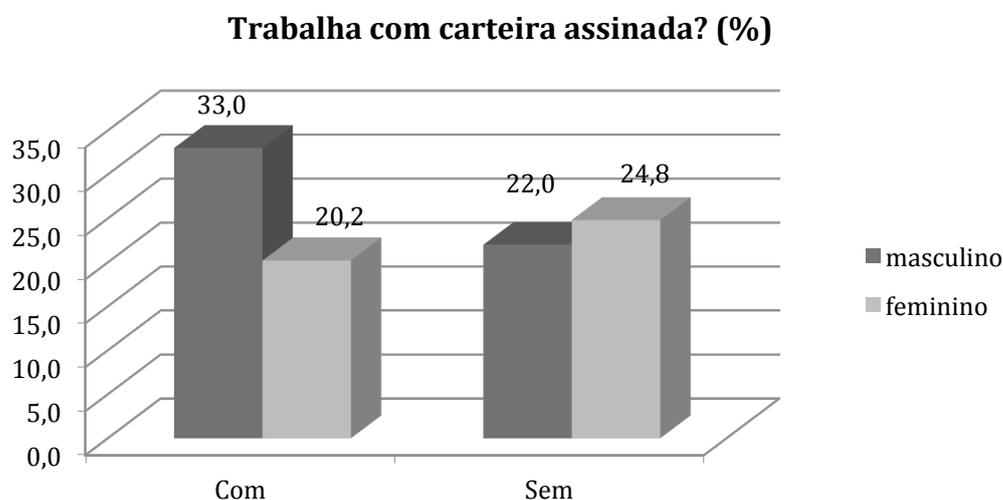
Gráfico 2 — Porcentagem de jovens entrevistados que trabalham e não trabalham



Fonte: Pesquisa Juventude em Goiás, 2015, organizado pela autora

Dentre os estudantes que afirmaram trabalhar, 53,2% o fazem com carteira assinada, enquanto que 46,8% não têm esse direito assegurado. Importa destacar que 33% dos jovens do sexo masculino têm carteira assinada e apenas 20,2% das jovens estão na mesma condição. Isso indica que as mulheres têm dificuldade em alcançar o mercado formal, sobretudo em um contexto em que a maioria dos entrevistados pertencem ao sexo feminino (59,9%).

Gráfico 3 — Jovens trabalhadores com carteira assinada

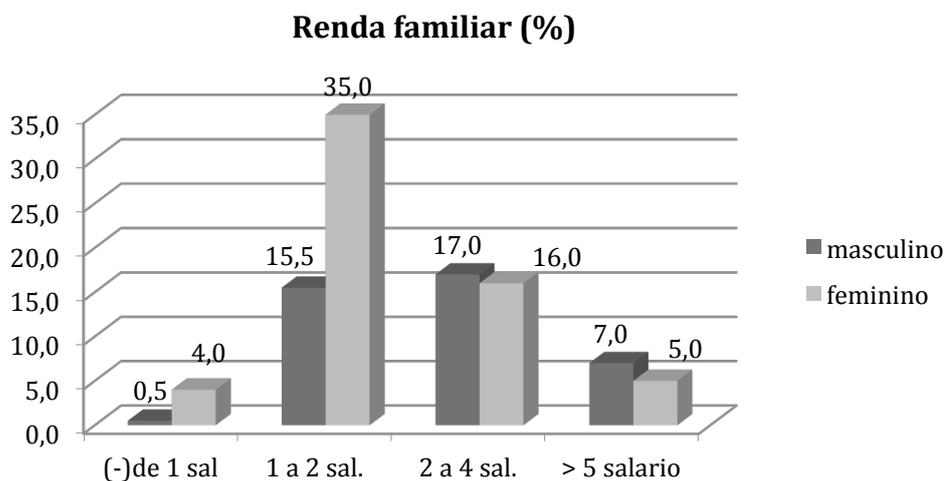


Fonte: Pesquisa Juventude em Goiás, 2015, organizado pela autora

A fim de ilustrar como as mulheres entrevistadas têm condições de vida mais vulneráveis do que os homens, os dados do Gráfico 3 podem ser acrescidos aos da renda familiar e aos da escolaridade. 100% dos jovens responderam à questão sobre renda familiar: 4,5% deles possuem renda menor do que um salário mínimo (90% destes estudantes são mulheres); 50,5% deles possuem faixa salarial de 1 a 2 salários mínimos (69% destes estudantes são mulheres); 33% possuem de 2 a 4 salários; e apenas 12% têm renda superior a 5 salários mínimos.

Os dados relativos ao grau de instrução dos pais e mães dos jovens entrevistados ilustram que 64,9% das mães não concluíram o ensino fundamental e 4,9% delas são analfabetas, totalizando 69,9% das mães que não tiveram seu direito à educação garantido. 67,8% dos pais também não finalizaram o ensino fundamental e 3,8% são analfabetos. Apenas 3,5% das mães e 3,8% dos pais têm formação superior.

Gráfico 4 — Renda familiar dos jovens entrevistados



Fonte: Pesquisa Juventude em Goiás, 2015, organizado pela autora

A configuração familiar também indica algumas mudanças que têm sido vivenciadas em novos arranjos e, neste sentido, dois dados chamam a atenção nas

respostas dos estudantes: 9,3% anularam a questão e 13% disseram que o responsável pela família não é o pai ou a mãe. Estes jovens reconhecem que o modelo familiar tradicional não é mais o único e que os novos modelos também têm impacto muito positivo em suas vidas:

Eu acho que nem sempre o jovem como estamos falando é assim. Batendo na mesma tecla, tem a ver com os pais, porque, porque assim eu não tinha vínculo com meus pais e nem por isso sou violenta. Então não tem muito a ver, pois e muitas vezes é falta do que fazerem (JOVEM 6MV, Luziânia, 2015).

Tem gente que é muito bem vista pela sociedade e não foi criada pelo pais, avós. Não é só os pais [...] Avós não é família? (JOVEM 5ME, Luziânia, 2015).

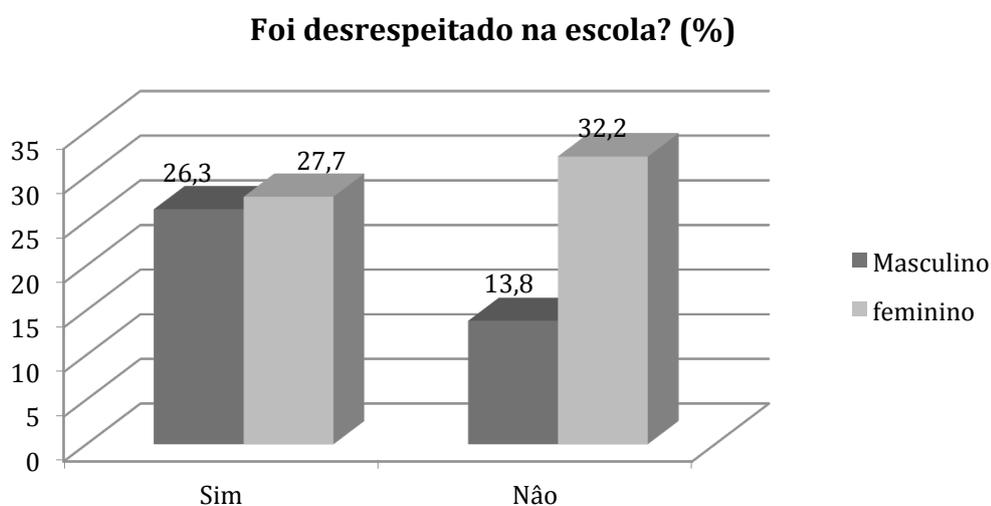
Apesar da mudança no formato familiar, os jovens ainda atribuem importância significativa à família no seu processo formativo, de modo que parte dos seus problemas e também da sociedade são associados à ausência da família na condução de sua formação. Na voz dos jovens:

Mas eu acho que o que está faltando exatamente é a educação que vem de casa. O amor, o cuidado, quando a pessoa não sabe esses princípios base ela não consegue desenvolver uma boa educação. Respeitar o momento do outro. Tanto é que tem gente que não sabe pedir desculpa. A escola é uma educação necessária mas tem a educação básica que tá faltando muito no Brasil nestes dias de hoje. Que é o favor, obrigado e de nada (JOVEM 2NE, Aparecida de Goiânia, 2015).

No que tange ao uso das tecnologias, 93,6% dos estudantes têm celular. Destes, 47,1% o utilizam para acessar as redes sociais e 25,2% para acessar o WhatsApp. 84,4% deles afirmaram ter acesso à internet; destes, 57,6% são mulheres. Esses dados demonstram que atualmente a escola abriga um perfil de estudantes cuja dinâmica de comunicação e aprendizagem se transformou; ainda assim, tais estudantes encontram muitos obstáculos para lidar com a nova realidade. Como afirma o jovem entrevistado em Luziânia “Continua a mesma coisa. Se tu for reparar o passado foram os mesmos eixos de estudo do terceiro ano” (JOVEM 08NV, Luziânia, 2015).

Como a pesquisa tinha o objetivo de investigar de que modo os jovens lidam com a violência, perguntamos a eles se já haviam sido *desrespeitados* na escola. Desse modo, 54% disseram que sim, ao passo que 46% disseram que não.

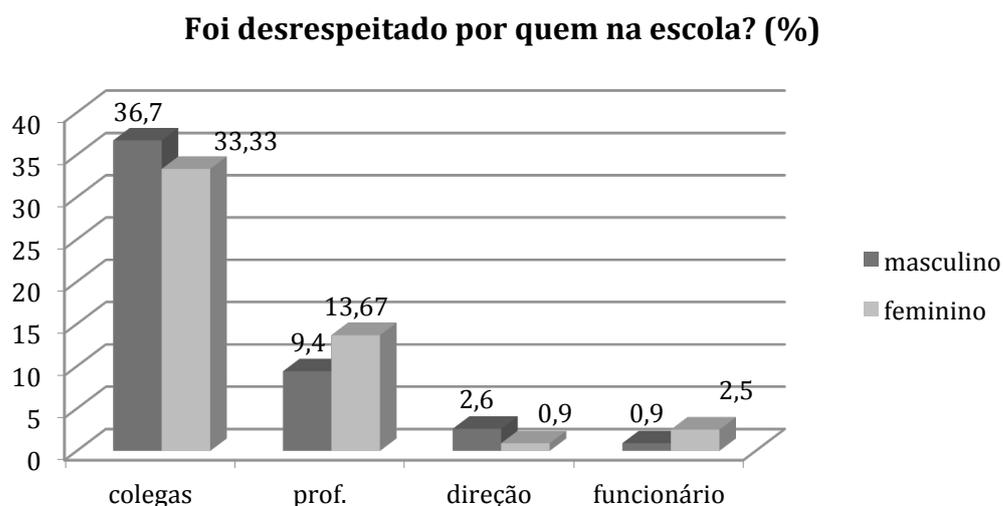
Gráfico 5 — Porcentagem de jovens entrevistados desrespeitados na escola



Fonte: Pesquisa Juventude em Goiás, 2015, organizado pela autora

Observando atentamente o material coletado na pesquisa, podemos constatar que as referências à violência na escola são muito raras e, quando verificadas, dizem respeito à violência praticada pelos próprios estudantes, como as brigas e o tráfico de drogas. Esse dado se confirma com as respostas dos questionários, pois quando perguntados sobre os autores do desrespeito 70,08% dos estudantes disseram que foram desrespeitados por colegas; 23,08% por professores; 3,42% pela direção; e 3,42% por funcionários, como demonstra o Gráfico 6.

Gráfico 6 — Quem desrespeita os jovens na escola



Fonte: Pesquisa Juventude em Goiás, 2015, organizado pela autora

No entanto, diante das experiências que vivenciamos nas rodas de conversa, pudemos perceber que esse *desrespeito* é mais cotidiano do que o assinalado pelos jovens. Em uma dessas rodas, parte dos jovens se recusou a participar da pesquisa, o que contribuiu para que a equipe de pesquisadores ficasse um tanto perplexa: onde esses jovens poderiam esperar até que os outros participassem da pesquisa? Como administrar essa negativa dos jovens no espaço tão controlado pela escola? Essa situação foi resolvida pela coordenação que, autoritariamente, entrou na sala e informou que os alunos que não participassem da pesquisa deveriam sair da sala para que fossem advertidos pela gestão escolar. A situação foi emblemática para questionarmos os discursos de uma gestão democrática que deveria considerar os jovens como sujeitos dotados de identidade, desejos e opiniões. Como viver uma experiência escolar se tudo é obrigatório e o questionamento é visto como uma afronta aos que estão na gestão do processo escolar? Como ser democrático se aos jovens resta apenas o cumprimento de todos os ritos e ordens escolares?

Complementa essa reflexão a resposta dos estudantes sobre o que eles acham mais desrespeitoso na escola. Desse modo, 44,4% deles atribuem o desrespeito maior aos alunos que faltam ou conversam durante as aulas; 28,98% deles afirmam que se sentem desrespeitados pelos professores que não se preocupam em dar boas aulas; e 12,56% atribuem o desrespeito ao conteúdo desvinculado da realidade. Nessa direção

Krawczik (2014) reflete sobre as dificuldades cotidianas do ensino médio, mas também quais impactos elas podem representar para a expansão do ensino médio:

Não temos novas metodologias de ensino nem uma prática escolar que possibilite a interlocução crítica e reflexiva com o mundo contemporâneo. Mais ainda, podemos afirmar que o processo de expansão do ensino médio corre o risco de acontecer de maneira simultânea com a intensificação de processos que reforçam a desigualdade de oportunidades da sociedade brasileira (p. 35).

Essa situação revela que ainda temos um longo caminho no sentido de ampliar a oferta e a qualidade do ensino médio aos jovens brasileiros. Todavia, essa não é uma tarefa simples, sobretudo se consideramos que o perfil dos jovens investigados compõe-se, em grande parte, de mulheres pretas e pardas que não trabalham e cujas famílias têm baixa escolaridade, recebendo até dois salários mínimos. Noutros termos, esse perfil reforça as desigualdades que se materializam na escola pública goiana.

Diante desse cenário podemos indagar: a escola ainda representa um caminho para a mobilidade social? Conforme veremos a seguir, essa parece ser a crença dos jovens pesquisados.

A escola como caminho para a mobilidade social: a voz dos jovens de Goiás

Os dados do censo escolar têm revelado que o Brasil encontra dificuldades para fazer com o que os jovens ingressem e concluam o ensino médio, como demonstram as taxas de matrículas. No entanto, os jovens que participaram das rodas de conversa afirmam que a escola é importante e muitos deles reconhecem as atribuições pragmáticas que ela pode oferecer, ou seja:

[...] para você entrar no mercado de trabalho você precisa de uma boa educação. Com um bom diálogo, você destaca mais que a pessoa que não tem (JOVEM 5EN, Rio Verde, 2014).

[...] é a base pra você ter um emprego bom. É a base para você ser alguém (JOVEM 2EN, Rio Verde, 2014).

Por outro lado, ainda segundo a perspectiva desses jovens, a escola representa a possibilidade de melhores condições de vida e de superação de uma rotina de trabalho manual, presente no cotidiano de muitos deles:

Tipo na empresa [...] a pessoa trabalha na construção civil, pedreiro, servente... essas pessoas muitas são analfabetas, muitos têm que ficar ditando para escrever alguma coisa. Quem tem estudo vai trabalhar bonitinho com ar condicionado, com computador (JOVEM 3EN, Rio Verde, 2014).

No entanto, a crença de que maior escolaridade equivale, necessariamente, à melhoria nas condições de trabalho não adquire materialidade tão rápida assim. Nas palavras de Pochmann (2011, p. 61) “o cenário em construção para o mundo do trabalho parece refletir mais as mutações marcadas do analfabetismo funcional”. Neste sentido, podemos concordar com as afirmações de que a conclusão da educação básica e a continuidade dos estudos são fundamentais para que os jovens tenham condições de trabalho melhores, no entanto, um conjunto de outros requisitos se acumulam para garantir-lhes uma inserção no mercado de trabalho mais justa, pois:

Novos conhecimentos científicos e tecnológicos encontram-se associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior capacidade motivadora e ampliadas habilidades laborais no exercício do trabalho. Estes requisitos profissionais, indispensáveis ao ingresso e à permanência no interior do mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente por meio de um maior nível educacional de qualidade dos trabalhadores e aprendizagem continuada (POCHMANN, 2011, p. 61).

Tendo em vista que o ensino médio constitui a etapa final da educação básica, não podemos negligenciar o fato de que o abandono e a evasão por parte dos jovens, especialmente os mais vulneráveis, bem como a precariedade e qualidade da escola pública (na maioria das vezes adjetivada de “péssima”, como constantemente divulga a imprensa brasileira, em especial quando os resultados do Enem⁵ são publicados) representam um imenso desafio para que o proposto por Pochmann (2011) seja cumprido.

Além disso, a importância do ensino médio para a inserção dos jovens no mercado de trabalho não pressupõe, necessariamente, que eles serão empregados em postos de trabalho que lhes garantam melhores salários, uma vez que o ensino médio

⁵ No intuito de ilustrar essa afirmação, quando os resultados do Enem/2014 foram divulgados, o jornal O Popular de Goiás reiterava que as escolas privadas compunham a lista das melhores; ao mesmo tempo, reiterava que as escolas públicas ocupavam uma péssima colocação nos famosos rankings.

[representa o] elo inicial de uma cadeia de qualificação profissional, que articula educação geral, formação profissional e experiência. Quanto mais se articulam as dimensões educação geral, formação profissional e experiência, e em níveis mais complexos, maiores as possibilidades de ingresso nas empresas mais dinâmicas da cadeia produtiva (SUHR & KUENZER, 2014, p. 10).

Na voz dos jovens, o ensino médio também desempenha um papel muito importante na formação deles, pois representa uma oportunidade futura de continuidade dos estudos:

Eu venho para a escola com dois objetivos: pra estudar e concluir e mais a frente fazer uma graduação em alguma coisa e não vir só por vir, mas estudar e concluir (JOVEM 8VN, Luziânia, 2015).

[...] a nossa educação, eu acho assim: ainda quando criança a gente forma opiniões, eu acho que se nossas políticas fossem mais rígidas conforme fôssemos formando opiniões, essa gente levaria até o fim. Eu mesma formei minha opinião quando eu era pequena. Eu queria ser médica. Eu estudo pra isso. Eu não estudo só na escola. Eu estudo mais de oito horas. Eu digo pra gente chegar no futuro e ir além. Só que pra isso eu recorri além da política que a gente tem. Eu recorri a quem eu poderia obter ajuda (JOVEM 11NV, Luziânia, 2015).

Embora os jovens acreditem que a escola represente um caminho para a ascensão social e para a continuidade dos estudos, os dados demonstram que uma pequena parcela da população ascende à educação superior. A exemplo disso, em 2014 apenas 89.273 jovens ingressaram na educação superior em Goiás. Dentre estes, somente 18.447 o fizeram em instituições públicas e 70.826 em instituições privadas (INEP, 2014). Considerando que a renda familiar da maior parte dos jovens investigados limita-se a até dois salários mínimos, pode-se inferir que apenas os que ingressarem em instituições públicas terão chances mais efetivas de concluir os cursos. Esse dado desmonta o pressuposto de que conclusão do ensino médio equivale a um passaporte para a educação superior.

Em contrapartida, os jovens ainda são muito otimistas quanto a um futuro melhor que passa, na perspectiva deles, necessariamente, pela educação formal. Conforme revela um dos estudantes que participaram da pesquisa:

eu acho que a escola ela educa os jovens ela tá investindo sempre no seu papel de educar, depende da escola educar. Que você estuda eles criam uma opinião somente algumas coisas que diz pra você, um caminho para você seguir, te dá um futuro, algumas coisas pra você fazer como aqui que falam assim pra gente, a gente tem que estudar

pra entrar no vestibular e passar numa faculdade. Algumas escolas não têm isso. Eu acho que influencia bastante (JOVEM 19MV, Luziânia, 2015).

A esperança de que a educação possa gerar melhorias na vida dos jovens associa-se às inúmeras conquistas — melhores condições de vida, de consumo e também de educação — alcançadas pela população brasileira na última década. Na reflexão de Brenner e Carrano (2014),

De modo geral, é possível dizer que o crescimento do número de matrículas no ensino médio brasileiro é tributário do aumento das expectativas da população por mobilidade social num quadro de progressiva, ainda que lenta, melhoria das condições de vida dos setores historicamente empobrecidos da sociedade. Além do ensino médio, é no ensino superior que as expectativas de mobilidade escolar e social se depositam. A maior presença dos setores populares na escola, além de representar ampliação da demanda por direitos, evidencia a indissociável tensão entre democratização do acesso e garantia de qualidade de oferta dos serviços educacionais (p. 1227).

Contraditoriamente, os jovens compreendem que a escola pública é direcionada para os mais pobres e que ela não oferece a mesma qualidade de ensino que oferecem as escolas privadas. Desse modo, eles expressam uma certa descrença com a escola pública como possibilidade de ingresso nos cursos mais concorridos das universidades públicas. Nas palavras dos jovens “dentro da UFG é mais fácil você encontrar quem veio de escola particular que pública” (JOVEM 8NV, Aparecida de Goiânia, 2015). Essa descrença é prejudicial às escolas públicas, pois:

Outra direção de abandono da preocupação com a igualdade se dá ao sepultar o conceito de escola pública como espaço de integração e universalidade, que deveria ser valorizado e requerido por toda a sociedade. Ou seja, assume-se que ela é para os pobres, que está reservada para quem não pode pagar a escola particular (KRAWCZYK, 2014, p. 38).

Por fim, pode-se se dizer que embora haja a crença de que a escola pública possa ser compreendida como mobilidade social, contraditoriamente há também o entendimento de que ela é um espaço reservado aos jovens pobres. Essa contradição deve ser objeto de novas pesquisas e investigações.

Considerações finais

Os jovens matriculados no ensino médio das escolas estaduais compõem-se majoritariamente de mulheres negras, pertencentes às famílias mais pobres, cuja renda média equivale a até dois salários mínimos. Ademais, seus pais e mães têm baixa escolaridade, ou seja, a maioria não concluiu o ensino médio.

Na realidade investigada, a escola representa uma dupla possibilidade: melhoria das condições de vida atuais e mobilidade social. No entanto, as pesquisas têm indicado que o ensino médio é apenas uma das exigências para a inserção no mercado de trabalho. Noutros termos, para que os postos de trabalho melhor remunerados sejam alcançados, faz-se necessário um conjunto de outros saberes, os quais, contraditoriamente, não são encontrados no ensino médio, visto que este é esvaziado de sentido e de qualidade para a vida dos jovens pobres.

Os dados coletados indicam que os jovens atribuem um papel contraditório para a escola, pois se por um lado eles reconhecem seu *papel redentor*, por outro, compreendem os limites da educação na resolução dos seus problemas mais imediatos.

Concordamos com a análise de Krawczyk (2014) de que assumir a escola pública como uma escola para os pobres, para os que não podem pagar “significa derrubar a última possibilidade de confrontar o *apartheid* social brasileiro; significa renunciar a qualquer tentativa de construir uma sociedade menos injusta e desigual” (p. 38). Isso significa que precisamos, com urgência, dar novo sentido ao ensino médio e recolocar o seu papel como etapa formativa e não apenas como passagem ou caminho para a melhoria das condições de vida, o que depende de um conjunto de fatores que ultrapassam os limites da escola.

Referências

BRASIL (2015). Planejando a próxima década: construindo metas. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>.

BRENNER, Ana Karina & CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Os sentidos da presença dos jovens no ensino médio: representações da escola em três filmes de estudantes. In: *Educação e Sociedade*, v. 35, n. 129. Campinas/SP, out.-dez. 2014.

KRAWCZYK, Nora. Ensino médio: empresários dão as cartas na escola pública. In: *Educação e Sociedade*, v. 35, n. 126. Campinas/SP, jan.-mar. 2014.

INEP. Sinopses estatísticas da educação básica, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>.

_____. Sinopses estatísticas da educação superior, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>.

_____. Sinopses estatísticas da educação básica, 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>.

POCHAMANN, Marcio. O trabalho no Brasil pós-neoliberal. Brasília: Liber Livros, 2011.

SURH, Inge Renate Frose & KUENZER, Acacia Zeneida. Os critérios de empregabilidade na indústria e o papel do ensino médio na inserção laboral da classe que vive do trabalho. In: *X Anped Sul*. Florianópolis, out. 2014.